

Exp:TC-8976.989.22-8:Interessado(a):Ministério Público do Estado de São Paulo/Mencionada: Prefeitura Municipal de Itapira Responsável(s): João Paulo (Prefeito Municipal) Assunto:Ofício nº 740/2022 (SEI-29.0001.0059762.2022-17 / Peças de Informação nº 66.0297.0000035/2021-1), acompanhado do Ofício SEI/MSP nº 5688163 3PJ, datado de 24 de março de 2022, subscrito pela Promotora de Justiça de Itapira Drª Patricia Talatielli Barsottini, encaminhando cópia da Promoção de Arquivamento da Instauração de Procedimento-Insta-se expediente eletrônico através do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO pelo Ofício nº 740/2022 (SEI-29.0001.0059762.2022-17 / Peças de Informação nº 66.0297.0000035/2021-1), acompanhado do Ofício SEI/MSP nº 5688163 3PJ, datado de 24 de março de 2022, subscrito pela Promotora de Justiça de Itapira Drª Patricia Talatielli Barsottini, encaminhando cópia da Promoção de Arquivamento da Instauração de Procedimento. O item refere-se à realização depósitos insuficientes em valor de R\$ 809,057, referentes a Termo de Compromisso firmado pelo atendimento do disposto no art. 101 e 104 do ADCT, conquanto noticiado no Tribunal de Justiça tendo indicado que o Município sanou a irregularidade. As contas Anuais do Exercício de 2021 da Prefeitura Municipal em apreço estão albergadas no processo TC-7203.989-20.7, sob minha relatoria. Considerando que a matéria ora noticiada guarda relação com a análise ordinária empreendida nas contas municipais, determino sua expedição à UR19 para apuração, devendo, ainda, servir de subsídio à inspeção oportuna dos referidos demonstrativos e fazendo constar em item próprio do relatório de fiscalização, Antes, sigla o expediente ao Cartório para:

- 1- Referenciar ao TC-7203.989-20.7;
- 2- Notificar eletronicamente o d. Órgão subscritor;
- 3- Encaminhar a matéria à UR19;

Publique-se.
 Proc:TC-16198.989.22-0.Representante:Fernando Oliveira Cambluy Informática ME, por seu representante legal Fernando Oliveira Cambluy Informática/Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul.Responsável:Evdandro Farias Mura, Prefeito. Advogado:Barcelos Antonio Silveira (OAB/SP nº 309.428). Assunto:Representação formulada contra o Edital de Licitação nº 53/2022 do Pregão Eletrônico nº 17/2022, Processo nº 2.508/2022, que objetiva a contratação de empresas para fornecimento de links compartilhados de internet e de equipamentos e sistema de Hotspot WiFi visando ao atendimento às demandas dos órgãos e entidades da Administração Pública. Trata-se de representação formulada por Fernando Oliveira Cambluy Informática ME contra o Edital de Licitação nº 53/2022 do Pregão Eletrônico nº 17/2022, Processo nº 2.508/2022, da Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul, objetivando a contratação de empresas para fornecimento de links compartilhados de internet e de equipamentos e sistema de Hotspot WiFi visando ao atendimento às demandas dos órgãos e entidades da Administração Pública por meio de despacho publicado em 26/07/2022 (Diário Oficial do Estado – Poder Legislativo – p. 132), concesso oportunidade para que a Administração interessada se manifestasse sobre as impugnações.Deviamente notificado, a representada noticiou a REVOGAÇÃO do certame impugnado, conforme publicação na Imprensa Oficial de Santa Fé do Sul – Edição nº 126, de 27/07/2022 – Ano II – Poder Executivo – Licitações e Contratos – Outros atos.Nessa conformidade, considerando, com a desconstituição do edital, a Representação em exame perdeu o seu objeto, declaro extinto o processo, sem julgamento de mérito, determinando que os autos sejam arquivados.

Publique-se.
 Proc:TC-3798.989.22-4.Origem:Prefeitura Municipal de CananéiaResponsável(s):Robson da Silva Leonel – Prefeito Municipal.Assunto:Contas anuais – 1º quadrimestre/2022.Exercício: 2022.Advogado:Flaviano Donizeti Ribeiro – OAB/SP 119.156.Tratam os presentes autos de fiscalização do 1º quadrimestre/2022, sobre as contas anuais do exercício de 2022 da Municipalidade em apreço.A matéria foi instruída pela UR1/2, com apontamentos em evento próprio.Diante do exposto, notifique-se o Responsável para que tome conhecimento dos apontamentos e proceda eventuais correções; na sequência, à UR/2 para continuidade na instrução.

Publique-se.
 Proc:TC-6197.989.22-1 (Dispensa de Licitação/Contrato). Contratante: Prefeitura Municipal de Garça.Gestor atual: João Carlos dos Santos.Contractada: Macchione Projeto, Construção e Pavimentação Ltda.Objeto: Contratação, em caráter emergencial, dos serviços de limpeza pública na cidade de Garça e distrito de Jafá, incluindo a coleta de lixo, operação da usina de compostagem e operação do aterro sanitário em fase de encerramento.Responsável pela ratificação da dispensa de licitação: João Carlos dos Santos (Prefeito) – evento 1.12 e 1.178.Responsável(s) pelo(s) Instrumento(s) Pela Contratante: João Carlos dos Santos (Prefeito)Pela Contratada: Mariana Macchione Ueta (Sócia Administradora).Secretário de Agricultura e Meio Ambiente:Flávio Alfredo Coati.Ordenador de despesas da Contratante:Antônio Carlos de Oliveira Marra (Secretário Municipal da Fazenda, Planejamento e Finanças). Matéria em exame: Dispensa de Licitação (art.24, inc. IV da Lei 8.666/93). – Contrato nº 0652/2021 – Prazo de vigência: 180 dias, contados da data da Ordem de Início dos Serviços (11/01/2021) – Valor: R\$1.652.540,34.Termo de Ciência e de Notificação de 29/10/2021 (evento 1.20).Advogado: Daniel Mesquita de Araújo (OAB/SP 319438) – Procurador Geral do Município – evento 1.6. Processo: TC-6434.989-22-4 (Acompanhamento da Execução Contratual).Tratam os autos de Dispensa de Licitação e decorrente Contrato nº 0652/2021, de 29/10/2021, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Garça e a empresa Macchione Projeto, Construção e Pavimentação Ltda., visando a contratação, em caráter emergencial, dos serviços de limpeza pública na cidade de Garça e distrito de Jafá, incluindo a coleta de lixo, operação da usina de compostagem e operação do aterro sanitário em fase de encerramento, no valor de R\$1.652.540,34.A fiscalização (UR-04-Marília) instruiu a matéria e registrou as ocorrências, abaixo listadas, consignadas no relatório encartado no evento 21.23, as quais entendeu comprometerem a dispensa de licitação e o respectivo contrato:a) Aglutinação do objeto contratado, serviços não análogos, tampouco consequentes;b) Justificativas insuficientes para a realização da Dispensa, visto que a situação era pre- visível e não emergente;c) Não foram apresentados estudos e documentos demonstrando em que se baseou a municipalidade para estimar a quantidade contratada, em mácula aos princípios da Transparência, do Planejamento e da Eficiência;d) O parecer jurídico observou que o contrato não passou a ser de direito gratuito da Lei de Licitações)e) Não restou demonstrado que o valor contratado é corrente no mercado, tendo em vista a fragilidade da pesquisa de preços realizada;f) O Termo de Ciência e de Notificação está em desconformidade com os dados do contrato, em especial quanto ao responsável pela contratante, e os citados documentos (TCN e contrato) não foram assinados pessoalmente pela responsável pela contratada)g) Alguns dos responsáveis que assinaram o Contrato e o Termo de Ciência e de Notificação não estão cadastrados no Cad(CESP)h) Contratação e pagamento pelo regime de empreitada global (valor fixo), prejudicando uma regular liquidação da despesa, baseada essencialmente no quantitativo coletado/serviço prestado, e em desacordo com a jurisprudência deste E. Tribunal.i) Emissão de nota de empenho após o contrato firmado.O Acompanhamento da Execução Contratual está sendo tratado no TC-6434.989-22-4 e a fiscalização, na 1ª visita realizada em 25/03/2022, constatou as seguintes irregularidades:a) Ausência de designação formal de representante da Prefeitura Municipal de Garça para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato)b) Não há passagem dos resíduos sólidos recolhidos, tampouco da quantidade operada na Usina de Compostagem e no Aterro Sanitário, pois a

contratação (e pagamento) é em valor fixo, não sendo realizada a liquidação da despesa com base no serviço efetivamente prestado)c) Presença de muitos animais (urubus) no aterro sanitário;d) Licença de operação do Aterro Sanitário vencida em 04/10/2021. Nessa conformidade, diante dos pronunciamentos externados pela fiscalização, assinso aos responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, para que tomem conhecimento das objeções consignadas nos presentes autos e apresentem as justificativas que entenderem cabíveis.Por fim, esclareço que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, as manifestações e demais documentos que compõem os autos poderão ser consultados, mediante regular credenciamento, no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
 Proc:TC-12144.989.22-5.CONTRATANTE:PREFHEITURA MUNICIPAL DE BOITUVA (CNPJ 46.634.499/0001-90) CONTRATADO(A):FUNDAÇÃO LUIZ JOÃO LABRONICI (CNPJ 45.484.388/0001-59)INTERESSADO(A):EDSON JOSE MARCUSO (CPF 984.361.558-15) – PREFEITO(A)PAULA SAM- PAIO MOURA PERES (CPF 118.482.268-96) – SECRETÁRIA-DA SAÚDEVAGNER DONISETE FERREIRA (CPF 222.112.118-01) – DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DA SAÚDE ASSUNTO:Contrato nº 30/2022 de 28/03/2022; Inexigibilidade nº 03/2022; Objeto: Prestação de serviços voltados à execução de atividades e de serviços de saúde. EXERCÍCIO:2022.INSTRUÇÃO POR-UR-09.PROCESSO(S) DEPENDENTES(S):12299.989-22-8.Em exame a Inexigibilidade de Licitação e o Contrato nº 30/2022 firmado em 28/03/2022, entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOITUVA e a FUNDAÇÃO LUIZ JOÃO LABRONICI, objetivando a prestação de serviços voltados à execução de atividades e de serviços de saúde.Considerando o apontado nos autos, relatório da fiscalização (Evento 26.6), em observância ao princípio do contraditório e da ampla defesa, assinso à PREFEITURA MUNICIPAL DE BOITUVA, a FUNDAÇÃO LUIZ JOÃO LABRONICI e aos Responsáveis retrocitados, o prazo de 15 (quinze) dias, para que apresentem, em meio eletrônico, as justificativas cabíveis, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93.Por oportuno, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº01/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular credenciamento, no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
 Proc:TC-1730.989.22-5. Contratante: Prefeitura Municipal de Suzano.Contractada:Pioneira Saneamento e Limpeza Urbana Ltda.Objeto:Execução de serviços de saneamento básico e manejo de resíduos sólidos.Matéria: Concorrência Pública nº 05/2016- Contrato nº 0932/2016 de 26/08/2016, no valor inicial de R\$ 37.656.960,00 (TC-17221.989-16). – 1º Termo de Aditamento de 05/04/2017 (TC-16332.989-17) – 2º Termo Aditivo de 27/08/2017 (TC-16331.989-17) – Acompanhamento de Execução Contratual (TC-3592.989-17)2(Julgados irregulares pela E. Segunda Câmara, em sessão de 12/02/2019, em aplicação de multa ao responsável, evento 102.1 – TC-17221.989-16, decisão mantida pelo E. Tribunal Pleno, em sessão de 08/07/2020, que negou provimento ao Recurso Ordinário interposto). – 3º Termo de Aditamento de 24/08/2018 (TC-22740.989-18). – 4º Termo de Aditamento de 01/07/2019 (TC-21440.989-19). – 5º Termo de Aditamento de 01/07/2019 (TC-21442.989-19). – 6º Termo de Aditamento de 26/08/2019 (TC-21152.989-19). – 7º Termo de Aditamento de 26/11/2019 (TC-25573.989-19). – 8º Termo de Aditamento de 15/07/2020 (TC-22395.989-20-5). – 9º Termo de Aditamento de 25/08/2020 (TC-22411.989-20-5)3(Julgados irregulares pela E. Segunda Câmara, em sessão de 08/06/2021, evento 101 – TC-22240.989-18 – em fase recursal). Em Exame: 10º Termo de Aditamento ao Contrato nº 0932/2016assinado em 25/08/2020 – Finalidade: Prorrogação do prazo de vigência por mais 06 (seis) meses (26/08/2021 a 25/02/2022) – Valor:R\$ 24.913.426,50 (evento 1.7 arg.160).Autoridades Responsáveis pelo Órgão Jurisdicionado, pela Homologação do Certame e que firmou os instrumentos: Rodrigo Kenji de Souza Ashichu(Prefeito Municipal); Paulo Fumo Tokuzumi (Ex-Prefeito Municipal); Samuel Oliveira de Almeida (Secretário de Saúde e Serviços Urbanos) Pela Contratada: Amilton Pedrosa (Procurador).Termo de Ciência e de Notificação de 25/08/2021 (Evento 1.12 arg.250).Considerando que o prazo concedido pelo despacho constante do evento 20 do TC-1730/989-22-5, publicado no DOE de 04/05/2022 (evento 22) transcorreu “in albis”, determino a abertura de novo prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, para que os interessados tomem conhecimento das falhas consignadas pela fiscalização e apresentem as alegações que entenderem cabíveis, alertando-os de que o não atendimento ensejará a apreciação da matéria no estágio em que se encontra. Por fim, esclareço que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, as manifestações e demais documentos que compõem os autos poderão ser consultados, mediante regular credenciamento, no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
 Proc:TC-9235.989.22-5. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO (CNPJ 56.024.581/0001-56)CONTRATADO(A):G.E.F. SERVICOS – EIRELI (CNPJ 11.515.105/0001-08)INTERESSADO(A):ANTONIO DUARTE NOGUEIRA JUNIOR (CPF 048.818-59)7FELIPE ELIAS MIGUEL (CPF 298.202.098-03)ASSUNTO:2º TERMO DE RERATIFICAÇÃO DO CONTRATO Nº 28/02/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 87/2020. Finalidade: aditar o contrato em mais 24 postos de trabalho, alterar o valor, alterar a fiscalização e alterar a garantia do contrato.EXERCÍCIO:2021INSTRUÇÃO POR-UR-06PROCESSO PRINCIPAL:ADVOGADOS:7459.989-21-6 DRA. ANA MARIA SEIXAS PATERLINI (OAB/SP nº 125.438) DR. ALEXSANDRO FONSECA FERREIRA (OAB/SP nº 174.487) DR. MARCELO TARLA LORENZI (OAB Nº 187.844)Em exame o SEGUNDO TERMO DE RERATIFICAÇÃO DE 21/09/2021, ao Contrato firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO e a empresa G.E.F. SERVICOS EIRELI – EPP, objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de preparo e distribuição de alimentação balanceada e em condições higiénico-sanitárias adequadas aos alunos da rede municipal de ensino.A finalidade do termo em análise consistiu em: – do objeto: incluir 24 postos de trabalho de cozinheiro em unidades educacionais; – do valor: acréscimo de R\$ 821.128,63, em virtude do aditamento do objeto, sobre o contrato anterior, que passou a ser de R\$ 3.111.122,1911 – da fiscalização: inclusão de Sra. Eliana Conceição da Silva Costa, CPF nº 071.641.168-73, e Sra. Juliana Letícia Pereira Goulart, CPF nº 292.358.858-41, como responsáveis pela aferição do contrato, em substituição a Sra. Dirce Peixoto Mattos:IV – do valor da garantia: novo valor de R\$ 265.556,10, em virtude da alteração do preço contratado. Ratificação: ficam ratificadas as demais condições e cláusulas contidas no contrato original e termo de renovação anterior. Considerando o apontado nos autos, relatório da fiscalização (Evento 16.216-4), em observância ao princípio do contraditório e da ampla defesa, assinso à PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO, à empresa G.E.F. SERVICOS EIRELI – EPP e aos Responsáveis retrocitados, o prazo de 15 (quinze) dias, para que apresentem, em meio eletrônico, as justificativas cabíveis, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93. Por oportuno, esclareço que, por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº01/2011, a integral da decisão e demais documentos poderão ser obtidos, mediante regular credenciamento, no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.

Proc:TC-7169.989.21-7.Origem:Prefeitura Municipal de IpeúnaResponsável(s):Diego Heron Pinheiro – Prefeito Municipal – OAB/SP 139.689.93 (15,22%) e supressão na Ordem de R\$ 404,35 (4,06%), gerando um acréscimo de R\$ 175.685,58 no valor contratual, ajuste celebrado entre a Prefeitura Municipal de Aguas de Lindóia e a empresa SPALLA Engenharia e Construção Eireli, referente contratação de empresa especializada em engenharia e mão de obra com fornecimento de materiais para a reforma do banheirão municipal e revitalização e recuperação de áreas de balneoterapia fase 01 no município. A Unidade Regional de Mogi Guçu – UR-19, ao proceder à instrução da matéria em sua manifestação constante do evento 15.1 dos autos, concluiu que os apontamentos de irregularidades, abaixo listados comprometem o Termo de Aditamento examinado, quais sejam:a) Justificativa não aceitável por não contemplar todos os itens acrescidos ou aumentados e o item suprimido, ou seja, incompatibilidade da justificativa com o tamanho das alterações contratuais propostas; e.b) Falha no projeto de reforma.A fiscalização constatou a necessidade de instalação de calhão no restaurante, para fechamento da área, substituição de uma maior quantidade de tubos de PVC, instalação de registros e chafis, emboço e revestimento em granito conforme demonstrados na memória de cálculo, observando, assemelha-se mais uma falha de projeto e planejamento, principalmente pela desproporcionalidade dos acréscimos efetuados (item 16). Considerando o pronunciamento externado pela Unidade Regional de Mogi Guçu – UR-19, assinso aos responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias nos termos do inciso XIII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93, para que tomem conhecimento das objeções consignadas nos presentes autos e possam apresentar as alegações que entenderem cabíveis.Por fim, esclareço que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, as manifestações e demais documentos que compõem os autos poderão ser consultados, mediante regular credenciamento, no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
 Proc:TC-17489.989.21-0.CONTRATANTE: Prefeitura Municipal da Estância Turística de Embu das Artes. CONTRATADA:Auto Posto Solução Ltda.OBJETO: Fornecedor de combustível (gasolina comum, diesel B-500, diesel S-10), para a Prefeitura.MATÉRIA: Licitação – Pregão Presencial nº 022/2018: Contrato nº 091/2018 de 23/07/2018, valor: R\$ 3.820.404,015, vigência: 12 (doze) meses (23/07/2018 a 22/07/2019) (TC-20203.989-18) – 1º Termo de Aditamento de 28/07/2019 (TC-22354.989-19-6) – 2º Termo de Aditamento de 20/07/2020 (TC-20499.989-20-0)3(Julgados irregulares pela E. Segunda Câmara em Sessão de 30/03/2021, em aplicação de multa ao responsável em fase recursal (TC-12894/989-21-9). – 4º Termo de Aditamento de 28/07/2019 (TC-20870.989-18-3) – ATDF-05.1) Em Exame: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 091/2018, formalizado em 20/07/2021 – Finalidade: Promogar o prazo de vigência por mais12 (doze) meses a partir de 23/07/2021 (23/07/2021 a 22/07/2022) Valor: R\$ 3.820.404,15 (evento 1 – arg.160).Autoridades Responsáveis pelo Órgão Jurisdicionado e que firmou os instrumentos: Claudinei Alves dos Santos (Prefeito) e Evandro Donisete Sartori Silva (Secretário Municipal de Serviços Urbanos e Limpeza Urbana) Pela Contratada: Noemi Lalli (Sócia Proprietária) – EPP e a Prefeitura Municipal de Embu das Artes (Prefeitura de A. 5ª Diretoria de Fiscalização – DF-05.1, ao proceder à instrução da matéria, em sua manifestação constante do evento 18.4 dos autos, concluiu que os apontamentos de irregularidades, abaixo listados comprometem o Termo de Aditamento examinado, quais sejam: a). Ausência de vantagem na prorrogação do contrato devido ao deficiente cotejamento de preços de mercado, com ausência de pesquisa junto à ANP, contrariando o inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93; e o art. 70 da Constituição Federal;b). Não formalização dos reajustes de preço do litro dos combustíveis por termo aditivo contrariando o parágrafo único do art. 60 da Lei 8.666/93; e.c). Empenhos foram realizados em data posterior ao termo aditivo, em desconformidade o artigo 60 da Lei 4.320/64.Considerando o pronunciamento externado pela 5ª Diretoria de Fiscalização – DF-05.1, assinso aos responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias nos termos do inciso XIII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93, para que tomem conhecimento das objeções consignadas nos presentes autos e possam apresentar as alegações que entenderem cabíveis.Por fim, esclareço que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, as manifestações e demais documentos que compõem os autos poderão ser consultados, mediante regular credenciamento, no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
 Proc:TC-1050.989.22-7 (AC. EXECUÇÃO CONTRATUAL) Contratante: Departamento de Água e Esgoto de Marília – DAEM – MARÍLIA. Contratada: Replan – Saneamento e Obras Ltda.Objeto:Prestação de serviços de operação, manutenção geral, manutenção preventiva do Sistema de Tratamento de Esgoto, incluindo as três Estações de Tratamento de Esgoto: Pombos, Barbosa e Palmital, área interna, estruturas civis, extra-terrestres, rede de coleta, rede de distribuição, rede de transição e caixas de areia nos Emissários.Matéria: Licitação – Pregão Presencial nº 012/2021 [Edital nº 021/2021] – Contrato nº 2021/010023 de 17/08/2021 – Vigência: 12 (doze) meses (17/08/2021 até 17/08/2022) – Valor: R\$ 8.070.000,00. Em Exame:Acompanhamento da Execução Contratual (Contrato nº 2021/010023) – Verificação nº 01 realizada remotamente em11/03/2022 (em razão do cenário da pandemia da COVID-19). – Data final de vigência: 17/08/2022.Autoridades Responsáveis pelo Órgão Jurisdicionado, pela Licitação e que firmou os instrumentos: João Augusto de Oliveira Filho (Presidente atual) e Marcelo José de Macedo (Presidente à época).Pela Contratada: Reinaldo Pavanini (Sócio Proprietário)Termos de Ciência e de Notificação de 17/08/2021 e 15/03/2022 (evento 1.26 arquivo 260 e evento 24 doc. 15 do TC-818/989-22-0).Cuidam os autos anuais do Acompanhamento da Execução Contratual relativo ao Contrato nº 2021/010023, oriundo da Licitação na modalidade Pregão Presencial nº 012/2021 (eTC-0818.989-22-0), celebrado entre o Departamento de Água e Esgoto de Marília – DAEM – MARÍLIA e empresa REPLAN – Saneamento e Obras Ltda., tendo por objeto a Prestação de serviços de operação, manutenção geral, manutenção preventiva do Sistema de Tratamento de Esgoto, incluindo as três Estações de Tratamento de Esgoto: Pombos, Barbosa e Palmital, área interna, estruturas civis, extra-terrestres, rede de coleta, rede de distribuição, rede de transição e caixas de areia nos Emissários. Matéria: Licitação – Pregão Presencial nº 012/2021 [Edital nº 021/2021] – Contrato nº 2021/010023 de 17/08/2021 – Vigência: 12 (doze) meses (17/08/2021 até 17/08/2022), pelo valor inicial de R\$ 8.070.000,00.Considerando que o prazo concedido pelo despacho constante do evento 21 do TC-1050/989-22-7, publicado no DOE de 12/05/2022 (evento 23) transcorreu “in albis”, determino a abertura de novo prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, para que os interessados tomem conhecimento das falhas consignadas pela fiscalização e apresentem as alegações que entenderem cabíveis, alertando-os de que o não atendimento ensejará a apreciação da matéria no estágio em que se encontra.Por fim, esclareço que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, as manifestações e demais documentos que compõem os autos poderão ser consultados, mediante regular credenciamento, no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
 Proc:TC-33559.989-20-7.CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Aguas de Lindóia.CONTRATADA:SPALLA Engenharia e Construção Eireli.Objeto:Contratação de empresa especializada em engenharia e mão de obra com fornecimento de materiais visando a reforma do banheirão municipal e revitalização e recuperação de áreas de balneoterapia fase 01 no município.MATÉRIA: Concorrência Pública nº 02/2018: – Contrato nº 01-CP-02, de 29/03/2019, valor: R\$ 1.573.940,35, vigência: 23/03/2019 a 28/09/2021 (TC-17681.989-19 – Regular arg. 2º-1º Termo de Aditamento de 19/12/2019 (TC-1006.989-20 – AT/ ATJ) – Ac. de Execução Contratual (TC-17733.989-19 – AT/ ATJ) Em Exame: 2º Termo de Aditamento s/nº ao Contrato nº 01-CP-02, formalizado em 08/10/2020 – Finalidade: Alteração do objeto com acréscimo de R\$ 239.689,93 (15,22%) e supressão na ordem de R\$ 64.004,35 (4,06%), gerando um acréscimo de R\$ 175.685,58 no valor contratual (evento 1.7) Autoridade Responsável pelo Órgão Jurisdicionado e que firmou os instrumentos: Gilberto Abdou Helou (Prefeito Municipal). Pela Contratada: Leonardo Grimm Franzo (Sócio Proprietário). Termo de Ciência e de Notificação de 08/10/2020 (evento 1.14). Em Exame, nesta oportunidade, o 2º Termo de Aditamento s/nº

ao Contrato nº 01-CP-02, formalizado em 08/10/2020, tendo por finalidade a alteração do objeto com acréscimo de R\$ 239.689,93 (15,22%) e supressão na ordem de R\$ 64.004,35 (4,06%), gerando um acréscimo de R\$ 175.685,58 no valor contratual, ajuste celebrado entre a Prefeitura Municipal de Aguas de Lindóia e a empresa SPALLA Engenharia e Construção Eireli, referente contratação de empresa especializada em engenharia e mão de obra com fornecimento de materiais para a reforma do banheirão municipal e revitalização e recuperação de áreas de balneoterapia fase 01 no município. A Unidade Regional de Mogi Guçu – UR-19, ao proceder à instrução da matéria em sua manifestação constante do evento 15.1 dos autos, concluiu que os apontamentos de irregularidades, abaixo listados comprometem o Termo de Aditamento examinado, quais sejam:a) Justificativa não aceitável por não contemplar todos os itens acrescidos ou aumentados e o item suprimido, ou seja, incompatibilidade da justificativa com o tamanho das alterações contratuais propostas; e.b) Falha no projeto de reforma.A fiscalização constatou a necessidade de instalação de calhão no restaurante, para fechamento da área, substituição de uma maior quantidade de tubos de PVC, instalação de registros e chafis, emboço e revestimento em granito conforme demonstrados na memória de cálculo, observando, assemelha-se mais uma falha de projeto e planejamento, principalmente pela desproporcionalidade dos acréscimos efetuados (item 16). Considerando o pronunciamento externado pela Unidade Regional de Mogi Guçu – UR-19, assinso aos responsáveis o prazo de 15 (quinze) dias nos termos do inciso XIII do artigo 2º da Lei Complementar nº 709/93, para que tomem conhecimento das objeções consignadas nos presentes autos e possam apresentar as alegações que entenderem cabíveis.Por fim, esclareço que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, as manifestações e demais documentos que compõem os autos poderão ser consultados, mediante regular credenciamento, no Sistema de Processo Eletrônico – eTCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Publique-se.
 Proc:TC-7229.989.21-5.Origem:Prefeitura Municipal de Cesário Lange.Responsável(s):Ronaldos Pais de Camargo – Prefeito Municipal.Assunto:Fiscalização Ordenada Exercício: 2021.Tratam os presentes autos de FISCALIZAÇÃO ORDENADA, sobre as contas anuais do exercício de 2021 da Municipalidade em apreço.A matéria foi instruída pela UR1/1, com apontamentos em evento próprio.Diante do exposto, notifique-se o Responsável para que apresente as justificativas (evento 49).Os presentes tramitam em dependência daquelas contas, abrangidas no TC-5760.989-20-2 sob minha relatoria e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício, oportunidade em que a Origem deverá se instar à apresentação de esclarecimentos gerais.Diante do exposto e, não havendo mais atos de instrução nestes autos, ao arquivo.

Publique-se.
 Proc:TC-6986.989.21-8.Origem:Prefeitura Municipal de Cardoso.Responsável(s):Jair Cesar Nattes – Prefeito Municipal.Assunto:Fiscalização Ordenada Exercício: 2021. Advogado:Fatima Aparecida dos Santos – OAB/SP 161.749.Tratam os presentes autos de FISCALIZAÇÃO ORDENADA, sobre as contas anuais do exercício de 2021 da Municipalidade em apreço.A matéria foi instruída pela UR1/1, com apontamentos em evento próprio.Diante do exposto, notifique-se o Responsável para que apresente as justificativas (evento 64).Os presentes tramitam em dependência daquelas contas, abrangidas no TC-7072.989-20-5 sob minha relatoria e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício, oportunidade em que a Origem deverá se instar à apresentação de esclarecimentos gerais.Diante do exposto e, não havendo mais atos de instrução nestes autos, ao arquivo.

Publique-se.
 Proc:TC-7320.989.21-3.Origem:Prefeitura Municipal de Cesário Lange.Responsável:Sérgio Augusto Bordin Júnior – Prefeito Municipal.Assunto:Fiscalização Ordenada Exercício: 2021. Advogado:Flaviano Donizeti Ribeiro – OAB/SP 148.042, Leandro Cesar Gonçalves – OAB/SP 193.918.Tratam os presentes autos de FISCALIZAÇÃO ORDENADA, sobre as contas anuais do exercício de 2021 da Municipalidade em apreço.A matéria foi instruída pela UR1/7, com apontamentos em evento próprio.Diante do exposto, notifique-se o Responsável para que apresente as justificativas (evento 103).Os presentes tramitam em dependência daquelas contas, abrangidas no TC-7271.989-20-4 sob minha relatoria e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício, oportunidade em que a Origem deverá se instar à apresentação de esclarecimentos gerais.Diante do exposto e, não havendo mais atos de instrução nestes autos, ao arquivo.

Publique-se.
 Proc:TC-2383.989.21-3.Origem:Prefeitura Municipal de São José do Barreiro.Responsável(s): Alexandre de Siqueira Braga – Prefeito Municipal.Assunto:ACOMPANHAMENTO ESPECIAL- COVID 19.Exercício:2021. Advogados:Clarimar Santos Motta Junior – OAB/SP 235.300, Paulo Sérgio Mendes de Carvalho – OAB/SP 131.979.Tratam os presentes autos de ACOMPANHAMENTO ESPECIAL- COVID 19, sobre as contas anuais do exercício de 2021 da Municipalidade em apreço.A matéria tramita em dependência às contas anuais, tratadas no TC-6997.989-20-7, sob minha relatoria.O Responsável foi notificado para tomar ciência do assunto e proceder as correções destacadas de imediato.Diante do exposto, não havendo mais atos de instrução a serem realizados nos presentes autos, ao arquivo.

Publique-se.
 Proc:TC-6844.989.21-0.Origem:Prefeitura Municipal de São José do Barreiro.Responsável(s):Alexandre de Siqueira Braga – Prefeito Municipal.Assunto:Fiscalização Ordenada Exercício: 2021. Advogados:Clarimar Santos Motta Junior – OAB/SP 235.300, Paulo Sérgio Mendes de Carvalho – OAB/SP 131.979.Tratam os presentes autos de FISCALIZAÇÃO ORDENADA, sobre as contas anuais do exercício de 2021 da Municipalidade em apreço.A matéria foi instruída pela UR1/4, com apontamentos em evento próprio, ciência ao Responsável e apresentação de justificativas (evento 35).Os presentes tramitam em dependência daquelas contas, abrangidas no TC-6997.989-20-7 sob minha relatoria e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício, oportunidade em que a Origem deverá se instar à apresentação de esclarecimentos gerais.Diante do exposto, ao arquivo.

Publique-se.
 Proc:TC-6952.989.21.Origem:Prefeitura Municipal de Rêlandia.Responsável(s):Antonio Carlos Santana da Silva – Prefeito Municipal.Assunto:Fiscalização Ordenada – Ovidualda – Ovidualda – Ovidualda, sobre as contas anuais do exercício de 2021 da Municipalidade em apreço.A matéria foi instruída pela UR1/1, com apontamentos em evento próprio, ciência ao Responsável e apresentação de justificativas (evento 37).Os presentes tramitam em dependência daquelas contas, abrangidas no TC-6961.989-20-9 sob minha relatoria e integrarão as conclusões de fiscalização quando do fechamento do exercício, oportunidade em que a Origem deverá se instar à apresentação de esclarecimentos gerais.Diante do exposto e, não havendo mais atos de instrução nestes autos, ao arquivo.

Publique-se.
 Proc:TC-23381/989-20-1 (EXECUÇÃO CONTRATUAL) Contratante: Prefeitura Municipal de Guariba.Contractada: Ramadam Engenharia e Empreendimentos Ltda. – EPP.Objeto:Contratação de empresa de engenharia, mediante empreitada por preço global, com fornecimento de material e mão de obra especializada, para execução de ampliação do Parque dos Lagos “Verador Lúis da Conceição”, que consiste na revitalização do parque dos lagos, com a construção de cıdovias, calçamento, iluminação e construção de sanitários. Matéria: Licitação – Tomada de Preços nº 05/2020- Contrato

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: RAFAEL PEREZ MOREIRA. Sistema e TCESP. Para obter informa  es sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 4-0Xf5-634D-6VZG-BHJI